

**HABEAS CORPUS Nº 548.940 - SP (2019/0358459-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE** : ADELMO JOSE DA SILVA E OUTRO  
**ADVOGADOS** : ROSEMARY ALMEIDA DE FARIAS FERREIRA - SP149285  
ADELMO JOSE DA SILVA - SP265086  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : JOSIVALDO AUGUSTO DE SOUSA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em benefício de **JOSIVALDO AUGUSTO DE SOUSA** apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

O impetrante informa que a 3ª Câmara Criminal do TJSP deu provimento ao apelo ministerial para condenar o paciente como incurso no art. 157, § 2º, I e II, do CP, à pena de 8 anos e 2 meses de reclusão, em regime fechado. Destaca que em 1/3/2017 houve o transitio em julgado da condenação para a defesa.

Afirma que o paciente sofre manifesto constrangimento ilegal porque foi surpreendido com a ordem de prisão para o início do cumprimento da pena, quando a última notícia que teve sobre o processo foi acerca da sua absolvição em primeiro grau.

Sustenta que "o antigo defensor, após a apresentação das contrarrazões ao apelo ministerial, renunciou aos poderes que lhe haviam sido conferidos, em 11/5/2016, sem informar ao paciente, e o processo seguiu, sem que o réu tivesse direito de ser informado por um advogado se desejava recorrer ou não da decisão do v. acórdão que havia lhe condenado".

Pleiteia, em liminar, que seja cassado o transitio em julgado da condenação com a expedição do respetivo contramandado de prisão.

**É o breve relato.**

Decido.

A concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial impugnado.

No caso, a defesa não logrou apresentar qualquer documento que comprove a renúncia do antigo defensor ou a ausência de defesa técnica em prejuízo ao paciente. A questão não foi sequer debatida em embargos de declaração.

Logo, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da concessão da tutela de urgência pretendida.

Assim, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se, com urgência, informações ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo sobre o alegado na inicial.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Cumpridas as diligências acima referenciadas, tornem-me conclusos.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator